

06 NOV 2012

METRO

Assejepar vai verificar segurança do Fórum

A Assejepar (Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná), entidade que representa os Serventuários do Foro Judicial do Estado, vai realizar uma vistoria técnica detalhada no edifício do Fórum Cível de Curitiba. Isso devido às reclamações de tremores, que acarretaram com a evacuação do prédio no final do mês passado. O laudo deve ser divulgado até o final desta semana.

“Não há indicativo de acidente imediato no prédio, portanto encomendamos o estudo para colaborar com os órgãos envolvidos e minimizar a insegurança dos servidores e da comunidade que frequenta o local”, explicou o presidente da Assejepar, Rodrigo de Souza.

Ontem, funcionários do Fórum fizeram um ato público em frente ao edifício para reivindicar uma nova avaliação das condições estruturais do local. O Corpo de Bombeiros, engenheiros da Comissão de Segurança de Edificações e Imóveis do município e a Defesa Civil estiveram no prédio no dia 26 de outubro e concluíram que a edificação não corre riscos de desabamento.

06 NOV 2012

METRO

Justiça manda empresa retirar antena

A Justiça determinou ontem que a empresa de telefonia Nextel retire a antena instalada em um condomínio no bairro Alto da XV, em Curitiba. A decisão é da 6ª Vara da Fazenda Pública da cidade e foi proferida a partir de uma ação ajuizada pelo promotor de Proteção ao Meio Ambiente Sérgio Luiz Cordoni.

De acordo com o MP-PR (Ministério Público do Paraná), a antena foi colocada sem autorização das Secretarias do Meio Ambiente e de Urbanismo e por isso foi solicitada a retirada da estrutura. "Não consta licenciamento cadastrado para estação de telecomunicação no imóvel, bem como, não consta cadastro de protocolo de solicitação de licenciamento de estação rádio-base", diz um trecho da decisão.

Em caso de descumprimento, a Justiça determinou que a Nextel pague uma multa diária no valor de R\$ 10 mil.

A ação civil pública foi ajuizada contra a operadora no mês passado. A denúncia chegou ao MP através de um morador que protocolou a reclamação em maio deste ano.

Em nota, a Nextel informou que até ontem não havia sido citada na ação. A empresa disse ainda que segue a legislação vigente.

O MP afirma que a autorização que as empresas recebem da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) não leva em conta a lei municipal.

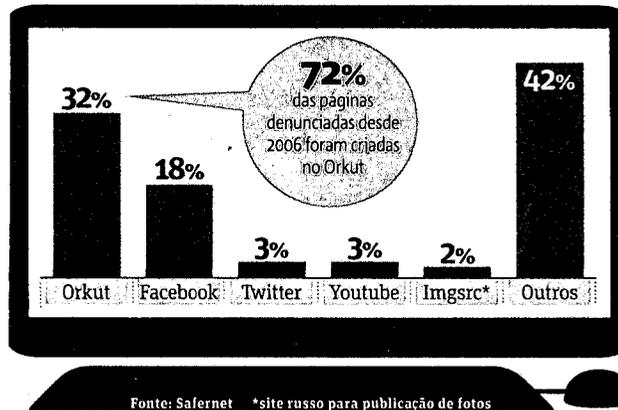
06 NOV 2012

METRO

Pornografia infantil lidera denúncias de crimes na web

● Levantamento da ONG Safernet aponta que, desde 2006, foram 3,1 milhões de denúncias a respeito de crimes cibernéticos no país

DENÚNCIAS DE CRIMES NAS REDES SOCIAIS EM 2012



Quatro em cada dez denúncias de crimes cibernéticos registradas no país se referem à pornografia infantil. A informação é de um levantamento inédito realizado pela ONG Safernet, especializada em segurança na internet.

De janeiro de 2006 a outubro de 2012, os internautas fizeram mais de 3,1 milhões de denúncias. A pornografia infantil está relacionada em 40,5% dos casos.

A seguir aparecem incitação de crimes contra a vida (19,2% das denúncias), racismo (9,4%), intolerância religiosa (7,9%) e maus tratos contra animais (7,6%). A maior parte das páginas denunciadas estão em páginas de redes sociais (veja quadro abaixo). Dentre elas, o Orkut é o principal hospedeiro de páginas denunciadas.

Apesar de incluírem informações falsas, as denúncias já resultaram em sete operações da PF – seis contra a pornografia infantil.

O levantamento foi divulgado ontem, no lançamento da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. O site traz dados de entidades que recebem denúncias do tipo, como Polícia Federal e Secretaria de Direitos Humanos.

Tráfico de pessoas

A senadora Angela Portela (PT-RR), uma das integrantes da CPI do tráfico de pessoas, apresentou ontem no plenário do Senado dados da ONU que apontam a existência de 241 rotas de tráfico humano no país – 110 estão relacionadas ao tráfico interno e 131 com destino para o exterior.

06 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Fórum

Manifestação reúne 100 pessoas. Presidente da OAB se solidariza com funcionários e pede garantias de segurança e dignidade ao Tribunal de Justiça

Mistério do tremor

FUNCIONÁRIOS PEDEM SOLUÇÃO PRO 'TREME-TREME'

Explosões no prédio do Fórum Cível de Curitiba preocupam. Sem contar que espaço já está ficando pequeno.

Eduardo Santana

Funcionários do Fórum Cível de Curitiba protestaram, no início da tarde de ontem, para cobrar avaliação mais criteriosa das condições estruturais do prédio, na Avenida Cândido de Abreu, Centro Cívico. No dia 26 do mês passado, o edifício teve que ser evacuado depois que fortes tremores foram sentidos pelos trabalhadores. Algumas fotos de rachaduras, que supostamente seriam do prédio, também foram compartilhadas na internet.

O ato em frente ao fórum reuniu cerca de 100 pessoas. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), José Lucio Glomb, se declarou solidário à causa e pediu que o Tribunal de Justiça garanta condições de segurança e dignidade para todos que frequentam o local.

Vistoria técnica

Apesar dos protestos, o Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça afirma que o prédio não apresenta problemas. De acordo com o órgão, os tremores ocorridos no fim do mês passado foram devido a um veículo pesado que trafegava próximo ao edifício. O local também foi analisado pelo Corpo de Bombeiros, Comissão de Segurança de Edificações e Imóveis do município (Cosedi) e Defesa Civil, que não apontaram riscos de desabamento. A Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná (Assejepar) encomendou vistoria técnica detalhada do fórum, cujo laudo deve sair até o fim da semana.

De acordo com o advogado criminalista Elias Mattar Assad, trata-se de assunto urgente para usuários e trabalhadores do fórum. "Queremos melhor estrutura para os que trabalham aqui e também àqueles que vêm ao fórum diariamente. É assunto que envolve vidas e precisa ser resolvido imediatamente. É um assunto de todos os envolvidos com o universo jurídico aqui em Curitiba e no Paraná", comenta.

Sem riscos

O estagiário de direito Rodrigo Rubens Pereira, que frequenta diariamente o prédio, afirma que a estrutura interna do edifício precisa ser revista. "É um prédio que ficou pequeno com o tempo. Hoje em dia enfrentamos filas, as salas são pequenas para quem trabalha aqui. Há processos empilhados por todos os lados. Além da questão de segurança, é preciso rever a questão funcional desse fórum", diz.

06 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Antena

A instalação de antena de estação rádio-base da Nextel no topo de um edifício no Alto da XV foi suspensa por determinação da 6.^a Vara da Fazenda Pública. A ação foi instaurada pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente sob alegação que a colocação do equipamento em áreas de uso comum, além dos danos ambientais, pode causar riscos à saúde por causa da emissão de radiações eletromagnéticas e de micro-ondas.

Multa

Segundo a Justiça, a operadora de telefonia deixou de providenciar o licenciamento cadastrado para estação de telecomunicação no imóvel e também o cadastro de protocolo de solicitação de licenciamento de estação rádio-base. A instalação só é permitida quando a operadora tem as licenças concedidas pelas secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo. A Nextel não tem nenhuma delas. Além disso, a operadora não teve a aprovação dos condôminos. Em abril, um dos moradores denunciou o caso ao Ministério Público. A Justiça estipulou multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento da decisão. A Nextel informou que não havia sido notificada.

06 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Polícia garante que investiga caso Rachel

Luciana Calabria

A polícia ainda não tem solução para a morte de Rachel Lobo Oliveira Genofre (foto), 9 anos. Em 5 de novembro de 2008, ela foi encontrada morta, dentro de uma mala, na rodoferroviária, com marcas de violência e abuso sexual.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública informou que as investigações seguem desde o dia do desaparecimento da menina, em 3 de novembro. Várias linhas de investigação foram descartadas e hoje a polícia trabalha com duas, mas não comenta quais são. “Em momento algum deixamos de ter a solução do caso Rachel Genofre como absoluta prioridade”, afirmou o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto.



Família

As declarações da polícia não confortam a família, que acredita que a morte de Rachel é esquecida a cada ano. No blog sobre o caso Rachel, a tia da menina Maria Carolina Lobo Oliveira desabafa: “Neste ano, em especial, acreditamos que as investigações diminuíram de intensidade, sem um suspeito mais concreto, o número de testes de DNA e as novidades sobre o caso quase se extinguiram.”

Em junho, a família entrou com uma ação contra o Estado, para que o poder público seja responsabilizado por falhas e negligências que teriam ocorrido nas primeiras etapas da investigação, como supostos erros na perícia.

06 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» SAÍDA ALTERNATIVA

Semana de Conciliação terá 200 audiências

Amanda Audi, especial
para a Gazeta do Povo

■ Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a 7.ª Semana Nacional de Conciliação deve promover pelo menos 200 audiências em Curitiba até o dia 14 de novembro. O mutirão na capital, realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), priorizará os processos que tramitam no Fórum Cível e nos Juizados Especiais relacionados às companhias aéreas. A expectativa é de resolver até 40% deles, de acordo com Ivan Bortoletto, segundo vice-presidente do Tribunal.

Outros mutirões temáticos acontecem, de 07 a 14 de novembro, nas demais comarcas do estado. Somente durante a Semana de Conciliação do ano passado foram realizadas cerca de 5 mil audiências em todo o Paraná.

Apesar da semana temática, o TJ-PR realiza mutirões de conciliação durante todo o ano. O próximo, em Curitiba, tratará de processos envolvendo a operadora de celular Tim. Serão convidados a participar das audiências, que devem ocorrer entre 26 e 30 novembro, os autores dos cerca de 350 processos contra a operadora.

Balanço divulgado pelo CNJ na semana passada mostrou que, nas primeiras posições dos 100 maiores litigantes — envolvidos em processos judiciais — do país, estão bancos, órgãos públicos e municipais e concessionárias de serviços. “Se essas empresas tivessem um atendimento ao público mais eficiente, a maioria das demandas não chegaria pro Judiciário. A gente está suprindo uma deficiência dessas grandes empresas que não conseguem solucionar os seus próprios problemas”, afirma a juíza auxiliar do CNJ Mariella Ferraz Nogueira.

A Semana de Conciliação, que ocorre desde 2006, foi criada para dar publicidade a esse meio alternativo de resolução de ações que estão em andamento na Justiça. Na conciliação, um mediador orienta as duas partes do processo na construção de um acordo que seja benéfico para ambos.

COMO PARTICIPAR

Qualquer pessoa que tiver processos em trâmite na Justiça do Paraná pode solicitar uma audiência de conciliação.

Confira como:

➤ Preencher o formulário presente no site do TJ-PR (<http://migre.me/bBvFO>). O formulário será encaminhado às respectivas comarcas, varas ou juizados especiais onde tramita o processo, para verificar a possibilidade de marcar uma audiência. O solicitante é informado por carta, e-mail ou telefone sobre a data, local e horário da audiência.

➤ Ligar para o telefone (41) 3200-2621, do Núcleo de Conciliação do TJ-PR.

➤ Também é possível participar dos mutirões de conciliação promovidos pelas comarcas em todo o estado. Nesse caso, os envolvidos em processos com um tema em comum e grande número de ações são convidados a participar do mutirão.

06 NOV 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Parados

Juízes federais insatisfeitos com os próprios salários prometem cruzar os braços amanhã e depois de amanhã para dar visibilidade à causa. Embora recebam salário entre os mais altos no funcionalismo público – quase R\$ 22 mil em início de carreira – os juízes da União não concordam com a corrosão dos vencimentos nos últimos anos devido à inflação. Eles argumentam que, embora a Constituição preveja revisão anual dos subsídios, houve apenas um reajuste de 9% desde 2005.

COLUNA DO LEITOR

Paralisação dos juízes 1

Os nossos queridos magistrados estão no seu direito de protestar por melhores salários (**Gazeta**, 5/11), mas um pouco de bom senso e patriotismo com certeza iria demovê-los dessa "luta" um tanto quanto injusta quando comparada com os salários do restante dos brasileiros que não são magistrados e nem políticos.

Romualdo G. Corrêa.

Paralisação dos juízes 2

A respeito da matéria sobre a paralisação dos juízes federais e do Trabalho, a Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra IX) esclarece que o movimento não é exclusivamente remuneratório. A questão salarial é apenas uma das reivindicações dos magistrados. O que está em jogo é a autonomia, a independência e a segurança do Poder Judiciário.

Fabício Nogueira, presidente da Amatra IX

Nova sede da PGE

Em vez de gastar milhões para a compra e outros milhões na reforma e na adequação do hotel para transformá-lo em sede da Procuradoria-Geral do Estado (**Gazeta**, 30/10), por que o governo não toma algum imóvel abandonado, como o da esquina da Presidente Faria com Alfredo Bufren, e completa a construção? Com certeza ficaria muito melhor, pois seria feito sob medida para a PGE. Vamos ser coerentes, senhor governador: primeiro anuncia corte de gastos e depois faz uma dessas?

José Modesto

CELSONASCIMENTO

Desistência

O prefeito Luciano Duccli desistiu da ação que movia contra a revista *Veja* em razão de uma reportagem publicada em junho que estranhava a evolução de seu patrimônio. Durante a campanha, Duccli recorreu à Justiça Eleitoral (sem sucesso) para que a reportagem não fosse reproduzida em folhe-

tos pelos adversários, mas só cinco dias antes do primeiro turno é que procurou a Justiça comum para processar a revista, mas lhe foi negada a liminar. No dia 8 de outubro, no entanto, apenas um dia após o resultado adverso da eleição, ao invés de recorrer, os advogados de Duccli comunicaram a desistência da ação.

CELSONASCIMENTO

Heliponto 1

Um detalhe ainda não mencionado entre as características do hotel 5 estrelas que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) pretende comprar: no topo do edifício há um heliponto – pequena "plata" para pouso e decolagem de helicópteros. É uma das poucas estruturas do tipo existentes em Curitiba, cuja utilidade cresce no momento em que o governo anuncia também a compra de um novo helicóptero, por R\$ 13,6 milhões, com licitação marcada para 5 de dezembro.

Heliponto 2

Embora a PGE ainda não tenha anunciado a desistência da compra do prédio onde hoje funciona o Crowne Plaza Hotel, no centro de Curitiba, internamente já se considera a possibilidade de suspender as negociações. Para a decisão final, aguarda-se apenas a volta do governador Beto Richa de sua viagem ao exterior, no dia 9. Enquanto isso, a orientação na PGE é a de conter os "vazamentos" de informações a respeito do assunto.

06 NOV 2012

GAZETA DO POVO

PRÓXIMOS ANOS

Juízes estão reunidos para discutir metas para o Judiciário

Os presidentes, vice-presidentes e corregedores-gerais dos 91 tribunais do país estão reunidos em Aracaju (SE) para definir metas para modernizar a Justiça, melhorar a prestação de serviços ao cidadão e definir as ações prioritárias a serem cumpridas pelas cortes brasileiras nos próximos anos.

Francisco Alves Junior, secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em entrevista para a Agência CNJ de Notícias, afirmou que a ideia é revisar os resultados do último encontro nacional, que estabeleceu metas a serem perseguidas pelos tribunais em 2012 e 2013. Segundo ele, o debate deve girar em torno de metas para combater a corrupção e melhorar a comunicação no Poder Judiciário, com os seus próprios membros e com a sociedade.

O 6º Encontro Nacional do Poder Judiciário termina hoje. A abertura do evento teve a participação do ministro Ayres Britto, e o encerramento contará com o ministro Joaquim Barbosa – que assume a presidência da STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 22 de novembro, no lugar de Ayres Britto.

06 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CASCADEL

Sindicatos pagam reforma de fórum para agilizar nova vara

Metade dos 40 sindicatos de trabalhadores que compõem o Fórum Sindical de Cascavel decidiu investir aproximadamente R\$ 25 mil para garantir a instalação da 4ª Vara Trabalhista na cidade do Oeste do Paraná. Para acelerar o processo, os sindicatos vão arcar com as despesas de reforma do ambiente, que já está sendo realizada. O acordo foi formalizado ontem. "Justiça que tarda não é justiça. Por isso estamos fazendo essa contribuição", afirma Laerson Matias, presidente do Fórum Sindical. Sem o investimento dos sindicatos, o processo de instalação poderia demorar até dois anos. Com a parceria, que teve apoio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), será possível inaugurar a nova vara do trabalho no dia 10 de dezembro.

06 NOV 2012

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Barbosa presidente



O leitor James Berlim enviou esta foto para a **Gazeta do Povo** contando que se trata de um adesivo colado a um veículo que circula por Curitiba. A ideia é demonstrar o reconhecimento ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, que tem mostrado bastante coerência em questões como a do mensalão, e mostrar que é esse o perfil de presidente da República desejado pela população.

MARCOS VALÉRIO

STF se divide sobre redução da pena

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estão divididos quanto à possibilidade de reduzir a pena de 40 anos de prisão aplicada ao publicitário Marcos Valério no processo do mensalão – o que pode ocorrer enquanto o julgamento não terminar. A defesa de Valério alega que ele colaborou com as investigações ao ter fornecido, no início do escândalo, em 2005, uma lista contendo o nome de beneficiários, valores de recursos sacados, documentos e recibos de pagamentos.

Ontem, o presidente do STF, Ayres Britto, disse ser "viável" tal redução. Mas um ministro afirmou, sob a condição do anonimato, que considera "difícil" o STF reconhecer Valério como réu colaborador. "Os crimes praticados por ele foram cometidos da forma mais descarada possível", afirmou. Já o ministro Marco Aurélio Mello afirmou que é "muito cedo" para que o colegiado faça essa discussão. Outra estratégia de Valério para se livrar da prisão é tentar uma delação premiada, revelando à Procuradoria-Geral da República novos crimes e sendo incluído no programa de proteção à testemunha. Ele já prestou um depoimento envolvendo Lula. Ontem, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse que por enquanto não há motivo para conceder proteção especial a Valério devido às novas revelações, pois ainda não há risco iminente de atentados contra ele.

GAZETA DO POVO

» DELEGACIA

Sete presos estão em cela para um

06 NOV 2012

■ Sete homens dividem um cubículo de dois metros quadrados dentro da Delegacia de Vigilâncias e Capturas (DVC), em Curitiba, desde a última quinta-feira. Sentados no chão, com as pernas para fora da “cela”, ou espremidos em um canto, o grupo se acomoda no espaço que foi projetado para abrigar apenas uma pessoa, por no máximo três horas.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Paraná, constatou que não há cama ou banheiro. Os sete homens presos não tomam banho há quatro dias e têm usado um galão de plástico para urinar. Para dormir, revezamento e papelão. “Até meu cachorro lá em casa tem uma coberta”, disse um dos presos.

O trabalho da DVC é investigar o desaparecimento de pessoas, função que, segundo o delegado Roberto Fernandes, fica comprometida porque os investigadores precisam cuidar dos presos. “É uma condição absurda. Vai contra todos os direitos humanos”, disse a vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, Isabel Kügler Mendes.

A DVC ainda recebe pessoas que foram presas pelas Polícias Militar, Rodoviária e Federal e Guarda Municipal.

A transferência dos homens presos no cubículo está programada para a manhã de hoje.

JUSTIÇA

Começa o julgamento de acusada de matar coronel Ubiratan

■ Começou por volta das 15h40 de ontem o julgamento de Carla Cepollina, de 46 anos. Ela é acusada de matar em 2006 o namorado, coronel Ubiratan Guimarães, comandante do Massacre do Carandiru. Carla será julgada por homicídio triplamente qualificado – crueldade, motivo fútil e sem chance de defesa. Os 25 possíveis jurados reuniram-se no fórum na Barra Funda, em São Paulo. Dentre eles, apenas sete foram escolhidos para compor o júri.

06 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO



06 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

FÓRUM CÍVEL

Entidades discutem segurança

Advogados, servidores do Fórum e representantes de associações de classe participaram, no final da manhã de ontem, de uma espécie de audiência pública na calçada para discutir os recentes casos de rachaduras e tremores sentidos no edifício do Fórum Cível de Curitiba, na Avenida Cândido de Abreu.

A iniciativa partiu dos funcionários do Fórum, e teve o apoio de outras associações, como as Associações Paranaense e Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim e Apacrim). O último evento que obrigou inclusive a evacuação do prédio aconteceu no dia 26 de outubro, quando tremores foram sentidos em determinados andares do edifício.

Logo após a audiência, a Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná (Assejepar), entidade que repre-



“Audiência” reuniu advogados e representantes de classe

senta os Serventuários do Foro Judicial do Estado, divulgou que encomendou uma vistoria técnica detalhada do edifício do Fórum Cível de Curitiba. O laudo deve ser divulgado até o final desta semana.

“Não há indicativo de

acidente imediato no prédio, portanto encomendamos o estudo para colaborar com os órgãos envolvidos e minimizar a insegurança dos servidores e da comunidade que frequenta o local”, explica Rodrigo Wagner de Souza, presidente da Assejepar.

JORNAL DO ESTADO

MAGISTRADOS

Juízes prometem protesto por salários

06 NOV 2012

Juízes federais e trabalhistas insatisfeitos com os próprios salários prometem cruzar os braços na próxima quarta e quinta-feira (7 e 8 de novembro) para dar visibilidade à causa. O movimento é liderado pelas duas maiores entidades de classe das categorias, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

As entidades, que representam cerca de 5 mil juízes, ainda não sabem qual será a taxa de adesão nem os efeitos da greve para a sociedade. “Mas, ressaltamos que haverá magistrados de plantão para emergências e que todas as audiências agendadas para o período da paralisação serão remarcadas”, informa a assessoria da Ajufe. Os juízes também ameaçam boicotar a Semana Nacional de Conciliação, que é realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2006 e neste ano será de 7 a 14 de novembro. No ano passado, as duas justiças realizaram quase 110 mil audiências e cerca de 50 mil acordos, que totalizaram R\$ 748 milhões.

Embora recebam salário entre os mais altos no funcionalismo público – quase R\$ 22 mil em início de carreira – os juízes da União não concordam com a corrosão devido à inflação. Eles argumentam que, embora a Constituição preveja revisão anual dos subsídios, houve apenas um reajuste de 9% desde 2005. A categoria não concordou com o percentual oferecido pelo Executivo aos servidores federais de 15,8% até 2015, e pede readequação para 28,86% apenas em relação às perdas dos anos anteriores.

O 6 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

CONCILIAÇÃO

A abertura da VII Semana Nacional da Conciliação, no Tribunal de Justiça do Paraná, acontece na segunda-feira (5/11), às 10h, no 10º andar do Palácio da Justiça. O evento contará com palestras do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e da juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ, Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira. Em suas comarcas, os juízes do estado organizaram audiências de conciliação, que serão realizadas no período de 7 a 14 de novembro. No Tribunal de Justiça do Paraná, será realizado Mutirão Temático de Conciliação de Companhias Aéreas, com processos do Fórum Cível e dos Juizados Especiais. A campanha tem a finalidade de disseminar em todo o país a cultura da paz e do diálogo, fortalecendo a solução dos conflitos de forma negociada.

JUIZADOS ESPECIAIS

O governador em exercício, desembargador Miguel Kfoury Neto, sancionou na quarta-feira (31/10), no Palácio Iguazu, o projeto de lei que prevê a implantação na comarca de Marechal Cândido Rondon da Vara dos Juizados Especiais Cível, Criminal e da Fazenda Pública. A instalação da Vara dos Juizados Especiais deve ocorrer no dia 30 de novembro. A nova estrutura deve absorver parte dos processos que atualmente tramitam nas varas já existentes no fórum do município.

ENTRÂNCIA FINAL

O presidente em exercício do TJ, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, conduziu na quinta-feira (1/11), as solenidades de elevação das comarcas de Cianorte e Campo Mourão, de entrância intermediária à entrância final. Com isso, as comarcas terão mais condições de aprimorar a prestação de serviços à população. Na ocasião, o governador em exercício, Miguel Kfoury Neto, junto com o corregedor geral, desembargador Noeval de Quadros e o desembargador Espedito Reis do Amaral, foram homenageados pela Câmara de Vereadores, recebendo o título de Cidadão Honorário de Campo Mourão. A homenagem é em reconhecimento à atuação dos desembargadores no processo que aprovou a elevação da comarca de Campo Mourão à entrância final.

ESTATIZAÇÃO

Na terça-feira (30/10), foi realizada a solenidade alusiva à estatização da Serventia da 3ª Vara da Família do Foro Central da comarca de Curitiba. A cerimônia, conduzida pelo presidente em exercício do TJ, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, ocorreu no novo Fórum da Família, da Criança e do Adolescente, recentemente inaugurado, que abriga as oito Varas de Família e as duas da Infância e Juventude da capital.

ESTATIZAÇÃO 2

As serventias da Vara Cível e do Ofício Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da comarca de Rebouças foram estatizadas na quarta-feira (31/10), às 11h. O presidente em exercício do TJ, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, conduziu a cerimônia.

HOMENAGEM

O governador em exercício, desembargador Miguel Kfoury Neto foi homenageado na quarta-feira (31/10) pela Polícia Militar por ser o primeiro militar estadual a exercer o mais alto cargo do executivo. O desembargador Kfoury recebeu um livro de memórias e uma placa comemorativa fixada em um obelisco na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

NOVO FÓRUM

O desembargador Miguel Kfoury Neto, participou na terça-feira (30) em Foz do Iguaçu, como governador em exercício, do 52º encontro da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Paraná, ocasião em que confirmou o início da construção de um novo Fórum em Foz do Iguaçu a partir de 2013. Além disso, antecipou que em dezembro serão instaladas duas novas Varas da Fazenda no município.

OUTUBRO ROSA

O encerramento da campanha Outubro Rosa foi realizado na terça-feira (30/10) no auditório do 10º andar do Palácio da Justiça. Maria Cecília Palma e Tânia Mary Gomez, representantes do Instituto Humanista de Desenvolvimento Social (Humsol) foram palestrantes. A campanha foi um trabalho de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama, realizado pela Judicemed. O evento foi direcionado a todos os funcionários do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de orientar sobre a doença e transmitir as informações a familiares e amigos.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Paulo Cezar Carrasco Reyes (1º grau) e Carlos Augusto Altheia de Mello (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 5 a 12 de novembro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estoque da Justiça Federal aumenta pelo terceiro ano

O estoque de processos da Justiça Federal aumentou pelo terceiro ano seguido. É o que revela o relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça esta semana. Segundo o levantamento, em 2011, tramitou pela Justiça Federal um total de 8,1 milhões de processos – alta de 2,7% em relação a 2010.

De acordo com relatório, também houve alta no número de casos novos que chegaram às varas e tribunais federais do país: 3,3 milhões, ou 5,1% mais do que em 2010. Já o número de processos baixados apresentou um leve recuo (-0,4%). Dessa forma 3,3 milhões de causas deixaram a Justiça Federal em 2011. No topo da lista de processos em tramitação está o Tribunal Regional da 1ª Região (com sede em Brasília e jurisdição sobre 14 estados), com 2,455 milhões de casos, seguido de perto pelo TRF-3 (São Paulo e Mato Grosso do Sul), com 2,454 milhões. Na sequência aparecem o TRF-4 (com jurisdição sobre Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) com 1,5 milhão, TRF-2 (Rio de Janeiro e Espírito Santo) com 1 milhão e TRF-5 (com sede em Recife e jurisdição sobre seis estados do Nordeste) com 650 mil.

O TRF-1 também lidera em número de casos novos, com 900 mil processos registrados. Em segundo vem o TRF-4, com 810 mil, seguido por TRF-3 (774 mil), TRF-5 (463 mil) e TRF-2 (379 mil).

Já em processos baixados, é o TRF-3 quem aparece na frente: 976 mil processos deixaram suas prateleiras. Na sequência vêm TRF-4 (768 mil), TRF-1 (746 mil), TRF-5 (440 mil) e TRF-2 (437 mil).

Considerando os cinco Tribunais Regionais Federais, apenas dois registraram mais baixas do que entradas: o TRF-3, com taxa de 126% e processos baixados em relação aos novos, e o TRF-2 (115%). Os outros três contabilizaram mais entradas do que baixas de processos: TRF-5 (95%), TRF-4 (95%) e TRF-1 (83%).

06 NOV 2012

06 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes prometem parar nesta semana para protestar contra salários

Juízes federais e trabalhistas insatisfeitos com os próprios salários prometem cruzar os braços na próxima quarta e quinta-feira (7 e 8 de novembro) para dar visibilidade à causa. O movimento é liderado pelas duas maiores entidades de classe das categorias, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

As entidades, que representam cerca de 5 mil juízes, ainda não sabem qual será a taxa de adesão nem os efeitos da greve para a sociedade. “Mas, ressaltamos que haverá magistrados de plantão para emergências e que todas as audiências agendadas para o período da paralisação serão re-marcadas”, informa a assessoria da Ajufe.

Os juízes também ameaçam boicotar a Semana Nacional de Conciliação, que é realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2006 e neste ano será de 7 a 14 de novembro. No ano passado, as duas justiças realizaram quase 110 mil audiências e cerca de 50 mil acordos, que totalizaram R\$ 748 milhões.

Embora recebam salário entre os mais altos no funcionalismo público – quase R\$ 22 mil em início de carreira – os juízes da União não concordam com a corrosão dos vencimentos nos últimos anos devido à inflação. Eles argumentam que, embora a Constituição preveja revisão anual dos subsídios, houve apenas um reajuste de 9% desde 2005.

A categoria não concordou com o percentual oferecido pelo Executivo aos servidores federais em agosto deste ano, de 15,8% até 2015, e pede readequação para 28,86% apenas em relação às perdas dos anos anteriores.

Caberá ao Congresso Nacional bater o martelo sobre a taxa final de reajuste, e as entidades prometem procurar parlamentares durante a paralisação para negociar um novo patamar salarial. Os magistrados também querem negociar a atualização dos salários de acordo com o tempo de serviço.

O 6 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Uso de processo eletrônico exige investimento de R\$ 2 mil

A implantação no novo sistema eletrônico nos fóruns se aproxima. Ao advogado, resta se adaptar e adquirir os materiais necessários para acompanhar o sistema que visa agilidade, facilidade e organização para o Judiciário. A saída do papel para os meios digitais deve representar a saída de R\$ 2,2 mil, em média, do bolso dos operadores do Direito.

Segundo dados do site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os requisitos para utilizar o peticionamento eletrônico são: software (Windows 2000; Internet Explorer 7.0, Firefox 3.6 ou Google Chrome; Java Plug-in 6; e conversor de arquivos para PDF), hardware e certificado digital. O presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp), Arystóbulo de Oliveira Freitas, lembra que isso não é tudo. "Muitos advogados não sabem, por exemplo, como acompanhar o processo ou como se manifestar e interferir nele de maneira virtual. Eles precisam de treinamento para se familiarizarem com o processo eletrônico".

Em média, um computador custa R\$ 1,2, um scanner R\$ 300, o software mais recente do mercado sai por R\$ 270. Além disso, é necessário a certificação digital — para conferir validade jurídica aos documentos enviados eletronicamente. Na Aasp, por exemplo, o certificado custa R\$ 240 para os não associados e R\$ 99 para sócios.

Nessa lista inicial, o advogado acostumado com a máquina de escrever deverá desembolsar R\$ 2.010.

Os cursos que abordam os processos e procedimentos eletrônico e certificação digital também têm o seu preço. A Aasp oferece cursos presenciais e telepresencias sobre o tema. A taxa de inscrição para o curso presencial chamado Certificação Digital e Peticionamento Eletrônico na Prática é de R\$ 350 para os não associados (os sócios pagam R\$ 240). A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo também oferece curso sobre o assunto: com o nome Práticas Processuais por Meio Eletrônico, o curso custa R\$ 120.

O preço final para ter os itens necessários e aprender a usar o processo eletrônico é de, em média, R\$ 2,2 mil para os advogados que só mexiam, até então, com papel. Para aqueles que não precisam comprar computador, o valor será de aproximadamente R\$ 1 mil.

06 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juízes federais prometem parar esta semana

Os juízes federais e trabalhistas prometem fazer uma paralisação amanhã e quinta-feira para reivindicar aumento de salário. As categorias pedem um reajuste de 28,86%. Neste ano, o governo ofereceu aumento de 15,8% para todas as categorias dos servidores federais. O salário inicial dos juízes é de R\$ 21,8 mil. De acordo com a Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), 50% dos associados aprovaram a ação.

TRF rejeita denúncia contra magistrada

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, rejeitou por falta de provas a denúncia por apropriação indébita contra a juíza e ex-presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos. Ela era acusada de desviar recursos da associação por meio de empréstimos. Segundo o advogado da juíza, Solange comprovou que devolveu a quantia à Ajufer.

PAINEL

Toga justa Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa, atual e futuro presidentes do STF, participam hoje do maior evento do CNJ, o Encontro Nacional do Judiciário, em Aracaju (SE). Também hoje, a presidente do TSE, Cármen Lúcia, convocou os representantes dos TREs para uma reunião em Brasília.

06 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Júri da morte de coronel começa com acusações

Para testemunha, suspeita de matar
Ubiratan Guimarães em 2006 era “possessiva”

Carla Cepollina, 46, era possessiva, ciumenta e controladora. Foi assim que a acusada de matar, em 2006, o coronel Ubiratan Guimarães, comandante do Massacre do Carandiru, foi retratada no primeiro dia do julgamento que determinará se foi ela ou não que o matou.

Carla é acusada de homicídio triplamente qualificado.

O dia foi marcado pelo depoimento de duas testemunhas de acusação.

A primeira, Odete Adoglio de Campos, 85, era vizinha do coronel e afirmou que ouviu um barulho forte, estridente, no horário em que a acusação afirma que ele foi morto.

No entanto, disse não saber se o barulho era de tiro, “pois nunca ouviu um”.

A segunda testemunha, o delegado Marco Antonio Olivato, disse que Carla foi a última a ser vista por porteiros no apartamento do coronel e que não entregou à polícia as roupas usadas naquele dia.

Segundo ele, Carla se passou pelo coronel e mandou uma mensagem à uma suposta amante, a delegada Renata Madi, que teria, então, ligado para Ubiratan. Carla teria atendido —o que a coloca no local do crime, na tese da promotoria. “Ela é possessiva, ciumenta. É assim que as pessoas mais próximas dela a retratam”, disse ele.

A escolha dos jurados pode prejudicá-la, na opinião do jurista Luiz Flávio Gomes.

Entre os sete, há apenas

uma mulher e elas “tendem a ser solidárias com outras mulheres, na teoria”, diz.

A mãe e advogada de Carla, Liliana Prinzivalli, não concorda. “Cada jurado tem uma cabeça”.

A defesa dispensou ontem suas testemunhas. Das de acusação, duas não compareceram: a suposta amante e o filho do coronel, Fabrício Guimarães.

Com isso, o promotor João Carlos Calsavara tentou o adiamento do júri, mas o juiz Bruno Ronchetti de Castro não concedeu.

Até a conclusão desta edição, Olivato continuava depondo. Outro delegado, José Vinciprova Sobrinho, seria ouvido em seguida.

A previsão era de que Carla fosse ouvida hoje. Em seguida, haverá os debates entre acusação e defesa e, por fim, o resultado.

06 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Preso, líder ruralista nega acusação de exploração sexual de adolescentes

Ex-vice-presidente da CNA foi detido em Rio Branco na sexta-feira

O advogado do ex-vice-presidente da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária no Brasil) Assuero Veronez disse ontem que o líder ruralista nunca se envolveu com exploração sexual de adolescentes.

Veronez, pecuarista, foi preso em Rio Branco na última sexta em operação do Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Federal.

Segundo o promotor Danilo Lovisaro, as investigações apontam que Veronez utilizava os serviços de uma quadrilha que aliciava meninas de 14 a 18 anos à prostituição. Outro pecuarista, Adalho Cordeiro de Araújo, também foi preso.

À **Folha** o advogado Emilson Brasil disse que Veronez conhecia parte dos suspeitos, mas nega participação no caso. “A cidade é pequeninha, aqui todo mundo conhece todo mundo.” Rio Branco tem 336 mil habitantes.

“O que acontece é que um dos acusados ligou para ele falando de uma amiga que estava se oferecendo para um programa. Mas ele não teve contato com essas meninas.”

Ele também nega a acusação de pedofilia. “São [adolescentes] menores de 18, mas maiores de 15. Essas meninas são de vida fácil mesmo.”

A CNA informou que afastou Veronez da diretoria.

06 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO Questão de prioridade

Caminha a passos rápidos no Congresso um projeto de lei que define alguns crimes cometidos em meio eletrônico, como invadir computadores (conectados ou não à rede mundial), furtar dados e tirar do ar portais de internet.

Apresentada em novembro passado, a proposta, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi aprovada na Câmara em maio. Na semana passada, o texto foi aprovado pelo Senado, com pequenas modificações. A peça volta agora para análise dos deputados.

Como costuma ser a regra no Brasil, a celeridade na tramitação dessa norma penal se explica mais por um evento de apelo midiático do que por sua real urgência.

Não que seja desimportante aprovar mecanismos capazes de coibir a ação de hackers. É inegável, todavia, que o verdadeiro catalisador desse processo legislativo foi o vazamento de fotos pessoais da atriz Carolina Dieckmann. Entre a exposição da nudez da atriz e a aprovação do projeto na Câmara, passaram-se meros dez dias.

O problema não está na proposta em si, que é ponderada e sucinta — a versão recém-aprovada mexe em somente dois artigos do Código Penal. Trata-se, porém, de cha-

mar a atenção para o “modus operandi” dos legisladores.

Em vez de se apressarem no debate da “Lei Carolina Dieckmann”, os parlamentares deveriam dedicar seu tempo a dois temas mais importantes e que, até por razões de ordem lógica, têm precedência sobre esse projeto de lei específico: o novo Código Penal e o Marco Civil da Internet — que pode entrar na pauta de votações desta semana.

Uma das deficiências da legislação criminal é a proliferação de normas pontuais em descompasso com os princípios gerais. Seria mais conveniente, neste momento, avançar na discussão de um novo Código Penal, que pode, como se propõe, incluir um capítulo acerca de delitos cibernéticos.

A preferência pela aprovação do Marco Civil deveria ser ainda mais óbvia. Esse diploma deve fixar direitos e deveres no ambiente virtual, pondo fim à insegurança jurídica de usuários, prestadores de serviços e poder público. Não faz sentido acelerar um projeto específico sem definir antes as balizas pelas quais ele deve se guiar.

Passada a ressaca eleitoral, os legisladores precisam organizar melhor suas prioridades e votar projetos com mais racionalidade.

FOLHA DE S. PAULO

Os 40 anos de prisão de Valério

MARCELO LEONARDO

É errado dizer que Valério foi condenado a 40 anos de prisão. Quatro fatores podem reduzir a pena, entre eles o fato de o réu ter colaborado na investigação

06 NOV 2012

Vem-se divulgando, equivocadamente, com base em informações incompletas, que o STF teria condenado Marcos Valério a 40 anos de prisão, na ação penal 470.

Ocorre que o julgamento, quanto à fixação de penas em relação a ele, não se completou —quatro razões distintas podem modificar significativamente o resultado divulgado.

Primeiro, a votação está incompleta. O ministro Marco Aurélio ainda não votou em relação a duas condenações: corrupção dos partidos da base aliada e evasão de divisas, o que impediu fosse anunciado pela presidência do tribunal o resultado final.

Segundo, pelo menos cinco ministros, durante os dois últimos dias de votações sobre penas, deixaram entrever, em suas manifestações, que o cálculo final de penas de Valério pode ser revisto para baixo caso o STF acolha um pedido da defesa.

O pedido: que as cinco condenações relativas a corrupções e peculatos, enquanto crimes da mesma espécie (crimes contra a administração pública), sejam reunidas numa só aplicação de pena, observadas as regras do crime continuado.

Isto é, que seja imposta a pena do crime mais grave com aumento máximo de dois terços, pois as infrações foram praticadas nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução, sob o mesmo desígnio (desvio de recursos e seu repasse para comprar apoio parlamentar), como já reconheceu o plenário do STF ao julgar o mérito da causa.

Terceiro, ficou, ainda, ressaltada a possibilidade do STF reconhecer que a agravante de ter Marcos Valério exercido papel de liderança ou comando no núcleo publicitário tenha incidência limitada à fixação da

pena da quadrilha. O tribunal entendeu que os crimes não foram praticados em concurso de pessoas, excluindo-se sua aplicação em cascata, de forma linear (aumento de um sexto), em todas as penas relativas às oito condenações impostas, o que importaria em redução daquelas provisoriamente estabelecidas.

Quarto, o Supremo não apreciou, também, no cálculo de penas, o pedido formulado por Marcos Valério desde as alegações finais, escritas em setembro do ano passado, no sentido de se reconhecer sua condição de réu colaborador. Ele forneceu, voluntariamente, em julho de 2005, a lista com nomes e valores de todos os beneficiários dos repasses feitos a pedido do Partido dos Trabalhadores para integrantes da base aliada e fornecedores da campanha eleitoral de 2002, acompanhada dos respectivos documentos e recibos. Na mesma época, forneceu também as informações e dados sobre os empréstimos bancários.

Tudo isso possibilitou as investigações da Polícia Federal e viabilizou a denúncia do procurador-geral, que, apesar do exagero dos 40 acusados, não foi além dos nomes e dados fornecidos naquela atitude de colaboração com a Justiça, o que assegura direito à redução de pena.

Por tudo isto, pode se esperar que a pena definitiva a ser imposta a Marcos Valério não será de 40 anos, mas bem diversa e menor, quando o STF concluir a dosimetria, no ajustamento dos cálculos, mesmo se mantidas as elevadas penas-base propostas pelo relator.

A repercussão dos fatos no meio social não interfere na disciplina legal da aplicação das penas segundo o Código Penal, muito menos constitui obstáculo à aplicação das regras invocadas para sua redução, como decidiu o próprio Supremo, no caso da chacina de Vigário Geral, onde se cuidou de criminalidade violenta contra a pessoa.

Todo acusado tem direito a pena justa, consideradas as circunstâncias judiciais e legais na sua fixação, sem agressão aos princípios constitucionais da individualização, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana.

MARCELO LEONARDO, 58, é advogado criminalista e professor da UFMG. Foi presidente da OAB-MG (1998 a 2003) e defende Marcos Valério na ação penal 470

FOLHA DE S. PAULO

A antiga nova de Valério

JANIO DE FREITAS

Marcos Valério está hoje em situação única no Brasil: pode dizer o que quiser, a favor ou contra quem quiser

06 NOV 2012

SÃO DIAS ainda de tardes insípidas. Não que os ministros do Supremo deixassem de tentar salvá-las. Só o tema da tentativa já o comprova. Nada menos sombrio do que o amianto, proíbe ou não proíbe, se envenena ou se civilizou. Como sempre dá para puxar uma divergência, e nisso o ministro Marco Aurélio Mello não falharia. Não faltaram mesmo sinais de irritação. Se ao menos o ministro Gilmar Mendes estivesse em dia de Gilmar Mendes, algo ainda iria adiante. Não, as discussões ficaram foscas como o próprio amianto.

Boas-vindas, pois, ao ministro Joaquim Barbosa. Amanhã as tardes voltam a desprezar limites — verbais, penais, convivenciais, o que importa é o rumo dado pelo relator. Agora com uma expectativa a mais. Espera-se que o ministro relator diga alguma coisa sobre o pedido de Marcos Valério que, é o único dado seguro neste assunto até agora, lhe foi repassado pelo presidente Ayres Britto em setembro. Antes, porém, que o faça, se o fizer, pode-se dizer também alguma coisa a respeito.

Por exemplo, que Marcos Valério está hoje em situação única no Brasil: pode dizer o que quiser, a favor ou contra quem quiser. Encontrará quem o apoie e propague de imediato e quem o negue e acuse. Nas últimas semanas, nem precisou dizer. Bastou-lhe o que o jargão do jornalismo chama de plantar. No caso, até um pouco menos: apenas insinuou ou sugeriu de leve, e como anônimo. A vontade alheia fez o com-

plemento, por ele desejado.

O advogado de Marcos Valério é um dos notáveis da advocacia criminal. Condição que inclui, a par do saber jurídico e da competência técnica, a seriedade pessoal. E o que diz o advogado Marcelo Leonardo sobre o depoimento a que Marcos Valério se propõe, segundo as notícias, em troca da redução ou eliminação de suas condenações? Diz o suficiente para ficar claro que o pedido de delação premiada baseia-se no dito por Marcos Valério nas inquirições, anos atrás, do processo já sob julgamento. Ou seja, matéria já utilizada nas acusações feitas por Joaquim Barbosa.

Com a proposta de prêmio por colaboração, apresentada em setembro, Marcos Valério fez declarações ao Ministério Público, sim. O noticiário diz que aí estão acusações a Lula, dado como chefe do esquema chamado de mensalão, e a denúncia de uma chantagem a propósito do assassinato de Celso Daniel, então prefeito de Santo André. Que veracidade tem isso ou, ao menos, foi isso mesmo que Marcos Valério ofereceu ao Ministério Público? Marcelo Leonardo não se compromete fora do silêncio. Não é difícil admitir que haja dito mais do que se falasse.

A conclusão não se altera, porém. Até agora, não é em novidade alguma, é mesmo nos depoimentos dados lá por 2005, e conhecidos e já integrados ao processo em julgamento, que se baseia a reivindicação de tratamento especial de Marcos Valério.

O ALVO

A descoberta, conforme informação policial, de uma lista de PMs a serem atacados nega a repetida tese do secretário paulista de segurança, Antonio Ferreira Pinto, de aumento da criminalidade em São Paulo por enfrentamento entre bandidos rivais. O ataque é mesmo e só à polícia. Por que, eis a questão.

06 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

CAROLINA HABER

ANÁLISE

Delação premiada, nesta etapa, reviraria provas já examinadas

Um réu pode ter sua pena reduzida —ou até extinta— por denunciar outros participantes do crime? Ou, mais especificamente, diante da notícia de que Marcos Valério teria enviado um pedido de delação premiada ao Supremo, seria possível conceder a ele esse benefício no julgamento do mensalão?

A delação premiada está prevista em várias leis para crimes específicos. Não existe uma uniformidade na forma que se trata do tema.

No caso de Marcos Valério o benefício da redução da pena poderia ocorrer no crime de evasão de divisas, observando-se a lei dos crimes contra o sistema financeiro.

Nos demais crimes, seria possível aplicar a lei de proteção a testemunhas, que trata da delação de forma genérica, valendo para os casos em que não há lei especial.

A lei de evasão prevê a redução da pena de um a dois terços se o réu confessar espontaneamente o delito.

A lei de proteção a testemunhas autoriza até a extinção da pena do réu primário que colaborar na identificação dos participantes ou na recuperação total ou parcial do produto do crime, desde que sua personalidade e as circunstâncias autorizem.

Em ambas, entretanto, a delação deve se referir a questões relativas ao mesmo processo em que o réu está sendo julgado. Assim, em tese, não seria possível reduzir a pena de Marcos Valério no mensalão porque ele colaborou em outro processo.

Se Valério tiver denunciado outros possíveis autores, a lei não dispõe de forma clara em que momento a delação deveria ocorrer. Diz apenas que pode ser feita à autoridade policial ou judicial, ou seja, durante a investigação ou o processo criminal.

Em um processo já em fase de cálculo das penas, a delação, se considerada efetiva, acabaria revolvendo a maioria das provas já examinadas.

Mas como as leis tratam da delação de forma genérica, das duas uma: ou o Supremo vai acabar não aplicando a redução por falta de clareza do texto legal ou vai ter que regular no caso concreto.

CAROLINA HABER é professora da FGV-Direito Rio.



**NÃO EXISTE UMA:
UNIFORMIDADE
NA FORMA QUE SE
TRATA DA DELAÇÃO
PREMIADA**

O ESTADO DE S. PAULO

FÁBIO TOFIC SIMANTOBS 06 NOV 2012

O STF e o crime de lavagem

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Penal 470, examinou com profundidade um dos temas de maior polêmica: a extensão do crime de lavagem de dinheiro. A Lei de Lavagem, que está em vigor no Brasil desde 1998, sofreu alteração no último mês de julho, mas há um princípio sagrado no Direito Penal, o princípio da anterioridade, que proíbe a utilização de lei nova para fatos anteriores a ela. Assim, apesar de a nova lei ter entrado em vigor antes do começo do julgamento, o STF julgou o caso à luz da lei antiga.

Entretanto, a única modificação substancial é que na lei de 1998 só o lucro de pouquíssimos crimes podia configurar lavagem, ao passo que agora não há mais nenhuma distinção quanto a isso, de modo que até o lucro da contravenção penal poderá configurar lavagem. Essa é, aliás, uma das maiores polêmicas surgidas com a nova lei, pois em alguns casos a conduta acessória (a lavagem) é punida com mais rigor do que a principal (no caso da contravenção).

Agora, o que já causava polêmica na lei antiga e não foi solucionado pelo legislador de 2012 é a enorme amplitude e obscuridade do tipo penal: "*Ocultar ou dissimular origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal*". Por sinal, lendo-o, tem-se a impressão de que a lei penal vem sendo redigida só para juristas entenderem. Neste caso, ainda pior, porque, ao que tudo indica, nem os juristas parecem entendê-la.

No frigar dos ovos, é a própria lei que sai desse julgamento com a imagem arranhada

Feuerbach, considerado o pai do princípio da legalidade, concebia-o como um instrumento de coação psicológica, e não como ideia – mais aceita hoje – de garantia da liberdade do cidadão. Todavia, ainda que Feuerbach estivesse correto, quem se sentirá coagido psicologicamente por um tipo penal que não pode compreender? Poderão dizer que o STF terá arrumado uma forma de acomodar melhor o entendimento sobre o crime. Então, o que nos protege não é mais a lei, mas a vontade do funcionário público incumbido da função de julgar. E todos nós sabemos que a vontade do julgador pode mudar ao sabor dos ventos.

Só para lembrar, em Cuba é crime "subverter, de qualquer modo, a revolução". O que é subverter? O que é "de qualquer modo"? O que é a revolução? Tudo isso fica a cargo do intérprete e, então, quem garante a liberdade das pessoas não é mais a lei, mas o agente estatal ocasionalmente investido no cargo.

Veja-se que, com estas críticas, não se está advogando a desnecessidade de uma Lei de Lavagem de Dinheiro. O problema não é tanto se devemos ou não incriminar, mas *como* incriminar. Porque é no *como* que costumam ocorrer os abusos do poder punitivo. Tipos penais amplos são próprios de Estados totalitários.

Fenomenologicamente falando, há certo consenso entre estudiosos de que a lavagem de dinheiro é o processo destinado a conferir aparência de licitude a bens ou valores obtidos

com a prática de crime. Ora, e por que, então, a lei não diz simplesmente isso, em vez de optar pela indecifrável fórmula "ocultar ou dissimular a origem, localização, disposição..."?

Dirão alguns que essa aparente distorção se deve ao fato de que a lei não pune apenas o fenômeno em si, mas também as várias etapas do processo de lavagem. Desse modo, a ocultação ou dissimulação da origem, propriedade, disposição seriam punidas como etapa do processo de lavagem, já que para converter o dinheiro em ativo lícito o criminoso precisaria primeiro escondê-lo.

Mas como é possível olhar para a ocultação de um bem ou valor e profetizar que aquilo visaria à sua posterior reinserção na economia com aparência de licitude, sendo, portanto, etapa da lavagem? Só mesmo de forma especulativa poderíamos dizê-lo.

Os pontos cegos, contudo, não param por aí. Como separar a natural ocultação do bem obtido com o crime de algo maior, que é a lavagem? Para tal seria necessária, pelo menos, uma ruptura temporal entre o recebimento do valor e uma nova conduta, repleta de novos e próprios significados. Assim, quando o STF condena por lavagem o réu que usou de dissimulação para receber o valor ilícito, inaugura uma nova figura, inédita na doutrina internacional, a da lavagem precoce, praticada antes mesmo de terminada o crime principal.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

0 6 NOV 2012

Seja como for, os verbos *ocultar* e *dissimular* dizem muito pouco – ou dizem demais –, até mesmo porque é próprio das atividades econômicas, ilícitas ou não, a extrema discricção nas transações financeiras (fato lembrado por vários ministros do Supremo), assim como os predicativos “*origem, localização, movimentação, disposição, propriedade, direitos ou valores*” esgotam uma gama tão grande de situações que fica difícil saber não “o que é lavagem”, mas “o que não é lavagem”.

Será que qualquer transação monetária envolvendo dinheiro proveniente de um ilícito configura lavagem? Isso pode, num primeiro momento, parecer justo, porque as pessoas tendem a projetar a hipótese no outro, jamais em si mesmas. Mas quando paramos para pensar que pelo simples fato de alguém prestar um serviço lícito e receber por ele – caso o cliente seja suspeito de enriquecer ilícitamente – poderá ser enquadrado no tipo penal, a situação começa a ficar mais preocupante.

Será, por exemplo, que o dono do restaurante deverá recusar-se a servir refeição ao suspeito de um crime? O hotel deverá recusar a sua hospedagem? A escola deverá expulsar os filhos desse sujeito, para não correr o risco de responder por lavagem de dinheiro? E se o sujeito for inocentado depois? Quem resgatará, ademais, a dignidade das crianças?

Todas essas dúvidas mostram que, no frígido dos ovos, quem sai com a imagem arranhada desse julgamento, além, é claro, dos acusados, é a própria Lei de Lavagem, de tal modo que, muito embora uma nova redação tenha acabado de entrar em vigor, nasce já no momento de se pensar outro diploma para substituí-la.



06 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

É 'viável' reduzir a pena, diz Ayres Britto

Presidente do STF admite eventual diminuição da punição imposta a Marcos Valério; Marco Aurélio Mello acha que discussão é prematura

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, considerou ontem ser viável a redução da pena do operador do mensalão, Marcos Valério Fernandes de Souza, condenado no processo do mensalão a mais de 40 anos pelos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, evasão de divisas, corrupção ativa e peculato.

"No plano das possibilidades é viável", disse Ayres Britto durante solenidade no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), no Recife. "E preciso conversar com os ministros, aqui e ali há um comentário, mas nada ainda definido, combinado, ajustado."

Segundo o ministro, uma eventual redução será com base "técnica". "Tudo é possível no ajuste final, que chamamos de dosimetria", afirmou. Ayres Britto deixou claro que a medida não teria relação com a proposta da defesa de Valério, feita em setembro, ao STF e ao Ministério Público Federal, de delação premiada ou inclusão em programa de proteção a testemunhas mediante novas informações sobre o caso.

"É com base no que já se encontra nos autos", destacou o presidente do Supremo. "Não tem nada a ver com o que ele falou, se falou, em setembro. Não sei nem se ele falou em setembro."

O tribunal retoma o julgamento do mensalão amanhã. Ayres Britto acredita que a dosimetria das penas dos 25 acusados no processo será concluída nas quatro sessões que estão previstas até o dia 18, quando o ministro completa 70 anos e se apo-

senta compulsoriamente do cargo. "Prefiro acreditar que terminaremos o processo em quatro sessões", afirmou.

Outros ministros do STF ouvidos ontem pelo Estado estão divididos quanto à possibilidade de reduzir as penas aplicadas a Valério por ele ter ajudado durante as investigações.

Os integrantes da Corte afirmam que, antes de concluir essa etapa, podem rever a qualquer momento os critérios adotados para estipular as penas de cada um dos réus. Além de definir as penas de Valério, o STF já iniciou a análise da punição a ser imposta a Ramon Hollerbach, ex-sócio do empresário mineiro.

Um ministro afirmou, sob a condição do anonimato, que considera "difícil" o Supremo reconhecer Valério como réu colaborador após já ter praticamente concluído a fase da chamada dosimetria da pena em relação ao empresário.

Já o ministro Marco Aurélio Mello afirmou que é "muito cedo" para que o colegiado faça essa discussão. "Isso não foi colocado até aqui pelo relator (Joaquim Barbosa), então temos que aguardar", afirmou Marco Aurélio.

Advogado afirma que Valério ajudou nas investigações

● O advogado Marcelo Leonardo, que defende o empresário Marcos Valério no processo do mensalão, defendeu ontem que o Supremo Tribunal Federal reduza a pena de seu cliente pelo fato de ele ter ajudado na investigação. Valério tem penas cuja soma ultrapassa 40 anos. O Estado informou ontem que a Corte começou a discutir essa redução, considerada "viável" pelo presidente do STF, Carlos Ayres Britto.

Para Leonardo, Valério contribuiu "efetivamente" com a investigação. Ele ressalta que seu cliente indicou nomes ligados ao escândalo e foi a primeira pessoa a mencionar que a origem dos recursos do esquema eram empréstimos bancários — além de revelar o nome das instituições.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

06 NOV 2012

DOSIMETRIA

● Marcos Valério pode ter sua pena reduzida, dependendo da metodologia de cálculo a ser adotada pelo STF e caso seja beneficiado com a delação ou programa de proteção a testemunha

METODOLOGIAS DE CÁLCULO DE PENA



A PENA
TOTAL

40 ANOS 1 MÊS E 6 DIAS

CONCURSO MATERIAL

As condenações pelo mesmo crime são somadas, ou seja, Valério pegaria 40 anos, 1 mês e 6 dias de prisão. Mas, a lei brasileira não permite que alguém fique preso mais de 30 anos

CONCURSO FORMAL

Aplica-se a pena como se o crime tivesse sido praticado uma única vez. **OU** Aí não há soma das penas e o tempo de prisão pode ser reduzido

CONTINUIDADE DELITIVA

Também se aplica a pena como se o crime tivesse sido praticado uma única vez. **OU** Aplica-se a pena mais alta com o agravante de crime continuado, que pode chegar a dois terços da pena

ATENUANTES

+ Os ministros ainda podem considerar Marcos Valério como "réu colaborador" e isso pode reduzir sua pena. As circunstâncias atenuantes estão previstas no artigo 65 do Código Pen.

O 6 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Pela ordem

Ivan Sartori, do TJ de São Paulo, atesta ser “impossível” administrar a corte no ano que vem com orçamento de R\$ 7,5 bilhões.

Verba 20% menor que os R\$ 9,5 bilhões pedidos para zerar o estoque de 1,5 milhão de processos federais que ajudam a entupir o tribunal. “Tenho outra Justiça Federal aqui dentro, a União tem de pagar”, reclama.

06 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Defesa de Carla Cepollina dispensa suas testemunhas

Estratégia da mãe da acusada de matar o coronel Ubiratan foi revelada após a falta das 2 principais testemunhas de acusação

Cinco anos após o crime e com a mãe como defensora, começou ontem o julgamento da advogada Carla Cepollina, de 46 anos, acusada de matar o coronel Ubiratan Guimarães, há seis anos.

Namorada da vítima na época, Carla teria assassinado o coronel, já aposentado da Polícia Militar, com um tiro no abdome, por ciúmes. Logo no início, a mãe dela, Liliansa Prinziwalli, surpreendeu a acusação e o público que acompanha o júri no Fórum da Barra Funda, ao dispensar as cinco testemunhas de defesa. Com a decisão, o resultado deve ser conhecido ainda hoje. Se condenada, Carla pode pegar de 12 a 30 anos de prisão.

A usadia de Liliansa foi uma resposta rápida e oportunista à ausência das duas principais testemunhas de acusação: a delegada da Polícia Federal Renata Azevedo dos Santos Madi, que seria amante do coronel, e o filho dele, Fabrício Rejtman Guimarães. A falta de ambos levou o promotor João Carlos Calsavara a pedir o adiamento do júri. "Em respeito a todos, dispensei minhas testemunhas para dar continuidade ao julgamento", disse a defensora, que afirmou estar na condição de advogada - e não de mãe.

Com o risco do adiamento descartado, foram selecionados os jurados que devem definir no início da noite de hoje se Carla matou o namorado por motivo torpe, meio cruel e sem possibilida-

de de defesa: seis homens e uma mulher. Segundo a acusação, o crime ocorreu em 9 de setembro de 2006, entre 19h05 e 20h27, na casa do coronel. A ré teria atirado porque achava que estava sendo traída pelo namorado com a delegada Renata.

Firme e confiante na absolvição da filha, Liliansa lamentou o fato de Renata não estar presente. "Tinha preparado perguntas que mostrariam aos jurados que Renata mentiu. Ela mudou a versão do seu depoimento três vezes. Não tem coerência. Só na última vez assumiu que tinha relações com o coronel. Falou que eles tinham uma relação sexual superficial." Mas, apesar de assumir que a filha era traída, a defensora nega a possibilidade de crime passionnal. "Ela não tinha ciúmes. Até conversavam sobre ex-namoradas dele."

Debates. Durante a oitava das testemunhas, a acusação quis reforçar a tese de que o coronel Ubiratan foi morto no início da noite de sábado, dia 9, por um tiro disparado por Carla, classificada como violenta e possessiva. Do outro lado, a defesa tentou mostrar que laudos periciais indicam que a morte ocorreu no domingo de manhã, quando Carla já tinha deixado o apartamento. A arma do crime, um revólver calibre 38, que nunca foi encontrada, era do coronel.

Nos últimos seis anos, a advogada tem afirmado que é inocente e o coronel teria sido morto por envolvimento em um esquema de propina usado pela vítima durante a campanha eleitoral que fazia na época do crime - deputado estadual, ele era um dos candidatos à reeleição.

Bem vestida, ré não demonstrou nenhuma emoção

● Confiante e impecavelmente produzida, Carla Cepollina permaneceu de cabeça erguida, sentada de frente para os jurados, sem demonstrar nenhuma emoção. Vestindo um terno preto, usava salto alto e tinha o cabelo, agora loiro, perfeitamente arrumado. Procurou não olhar muito para a mãe nem falar com ela.

O assistente de defesa, Eugênio Malavasi, ficou entre as duas. Na plateia, a irmã da ré, a também advogada Paula Cepollina, assumiu a mesma postura. Discreta, acompanhou os depoimentos sem fazer comentários ou lamentações. Aos repórteres, quis passar a mesma confiança. "Minha irmã não pode ser condenada. Não há provas", afirmou.

A decisão de família de unir mãe e filha no júri foi tratada com naturalidade pelos familiares. "Não há conflito. Defendi a Carla no processo de primeira instância e ela foi impronunciada. Depois, saí e aconteceu o júri."

CONTINUA

06 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Coronel chefiou massacre

O coronel Ubiratan Guimarães chefiou a invasão ao Pavilhão 9 da então Casa de Detenção do Carandiru, na zona norte de São Paulo, em outubro de 1992, que resultou na morte de 111 detentos. Foi afastado e, após nove anos, condenado a 632 anos de prisão. Recorreu e acabou absolvido.

Fora da polícia, onde havia entrado em 1964, recorreu à política. Foi deputado estadual suplente e, em 2002, foi eleito à Assembleia Legislativa pelo antigo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Antes da morte, estava envolvido com a preparação de sua nova campanha, daquela vez pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Era visto como herói por alguns e como carrasco e assassino por outros. Viúvo e pai de três filhos, tinha 63 anos quando foi morto.

Para delegado, perícia em celular incrimina Carla

Ontem, até 20h, duas testemunhas arroladas pela acusação já haviam sido ouvidas – uma terceira estava na lista. A pianista aposentada Odete Adoglio de Campos, de 85 anos, ainda mora no apartamento ao lado do coronel, nos Jardins, zona sul de São Paulo. Primeira a ser chamada, ela disse não se lembrar em detalhes do que ocorreu na época do crime, mas afirmou ter ouvido um “barulho estridente”. “Estava sentada no sofá, assistindo à novela, por volta das 19h, quando ouvi um barulho forte, como se uma pilha de pratos tivesse caído. Depois, achei que era uma pedra que tinham jogado pela janela. Fui à cozinha, à janela, mas tudo estava em ordem.”

Questionada pelo juiz Bruno Ronchetti de Castro, Odete não soube confirmar a data do crime nem se o barulho era de tiro ou não, mas assegurou nunca ter ouvido som semelhante. Segundo a pianista, a notícia do crime foi recebida perto da meia-noite, pelo rádio. As incertezas sobre a autoria do assassinato, no entanto, foram descartadas pelo delegado da Polícia Civil Marco Antonio Olivato. A testemunha citou perícias nos celulares de Ubiratan e Renata Madi que colocam Carla no apartamento da vítima momentos antes do crime.

Olivato afirmou que, durante as investigações policiais, foi constatado que Carla usou o celular de Ubiratan para enviar um SMS ao celular de Renata. Ela teria a intenção de mostrar à delegada que estava com o coronel. Mas, em depoimento, Renata disse que desconfiou do tom da mensagem e ligou para o coro-

nel, mas foi Carla que atendeu”, relatou o delegado, colocando a ré na cena do crime. De acordo com ele, um laudo ainda apontou que Carla fez uma ligação para o apartamento onde morava com a mãe, de dentro do apartamento do coronel, na noite de sábado.

Os dois. Para o promotor Calsavara, o testemunho é parte do conjunto de provas contra a ré. “Estavam os dois no apartamento. Ela saiu, ele não. A acusação não tem nenhuma dúvida sobre a autoria. Qualquer outra versão, de que ele morreu porque receberia R\$ 1 milhão na segunda-feira, por exemplo, é fantasia.

06 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda Petrobrás pagar R\$ 4,7 bi ao Fisco

Estatual perde ação na Justiça por não ter pago Imposto de Renda no aluguel de plataformas, mas pretende recorrer da decisão

A Petrobrás foi condenada pela Justiça Federal a ressarcir a Receita Federal de valores bilionários referentes ao não pagamento do Imposto de Renda (IR) sobre o afretamento de plataformas no período entre 1999 e 2002. A petroleira estima a quantia em R\$ 4,783 bilhões, montante que não foi provisionado no balanço para um eventual pagamento.

A 29.^a Vara da Justiça Federal do Rio entendeu que a Receita agiu de maneira correta ao autuar a petroleira por não ter pago o IR quando alugou no exterior os FPSOs (navios-plataformas) durante o intervalo citado pela sentença. As ações ordinárias da Petrobrás chegaram a cair de manhã com a notícia, mas à tarde houve recuperação, com alta de 1,39% ao final do pregão.

Na nota em que se manifestou sobre a condenação, a Petrobrás evidencia ter sido pega de surpresa com a decisão judicial. "A companhia não possui valores provisionados para este processo judicial", reconhece.

Ainda não está decidido qual recurso será impetrado. "A companhia está avaliando com os seus assessores jurídicos os meios adequados para impugnar essa decisão e informa que recorrerá no momento oportuno, acreditando estar amparada na legislação tributária que lhe assegurava a desoneração do Imposto de Renda à época dos fatos", diz o informe oficial.

● **Dívida gigante**
R\$ 4,783 bi

é o valor a ser pago pela Petrobrás por Imposto de Renda, caso seja mantida a decisão da Justiça Federal sobre autuação da Receita Federal

Na década passada, a Petrobrás foi autuada sob a acusação de não ter pago o Imposto de Renda devido pelo afretamento (aluguel) de plataformas.

A empresa recorreu à própria Receita, sob a argumentação de que plataforma é beneficiada pelo regime de admissão temporária, que isenta a operação do recolhimento do imposto.

Tese. Para a Petrobrás, plataforma é embarcação, tese rechaçada pela Receita em todas as instâncias administrativas. Daí a decisão da companhia de ir à Justiça na tentativa, por enquanto fracassada, de anular o débito e reverter judicialmente a decisão do Fisco.

Especializada no setor petrolífero, a advogada Beth Ramos, da consultoria Ernst & Young Terco, lamentou a condenação. Para ela, a Justiça desconsiderou parecer da Marinha de que FPSO é embarcação, sujeito, portanto, à legislação que isenta o contratante dos afretamentos do pagamento do IR.

"A possibilidade de isso prosperar é muito pequena. Porque, se prosperar, terá um impacto monstruoso na indústria (do petróleo). O Brasil tem de parar de

andar na contramão do mundo. FPSO é embarcação em todo o mundo. Isso vai expor o Brasil ainda mais. E, num momento ruim, em que não há leilão (de novos blocos exploratórios) e a Petrobrás está fragilizada. É um cenário completamente desfavorável ao Brasil", disse.

A decisão fará a Petrobrás reavaliar a política de provisionamento, mesmo se for para mantê-la. A simples decisão de separar um montante para a hipótese de perda já teria impacto no balanço, dado o volume envolvido. A empresa tem 30 dias para pagar a quantia, se não recorrer. Para ganhar tempo, deverá entrar na Justiça Federal com medida cautelar a fim de manter a suspensão concedida em liminar do Tribunal Regional Federal (TRF) em março. A sentença anulou a liminar.

Como a decisão é de primeira instância, o processo deverá seguir para o TRF e, em sequência, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e até ao Supremo Tribunal Federal (STF). Pode demorar anos. A quantidade de recursos cabíveis é analisada pela companhia para classificar a perda do processo como provável, sendo recomendada a provisão, ou possível, atual status, sem provisão.

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça nega liminar pedida por promotor em ação contra CPTM

Consórcio e ex-diretores da estatal são acusados de improbidade pelo MPE por suposta fraude em licitação de R\$ 11,9 mi

06 NOV 2012

A Justiça de São Paulo negou ontem liminar pedida pelo Ministério Público Estadual (MPE) para bloquear os bens de ex-diretores da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Eles são acusados pelo MPE em ação civil pública de fraude em um contrato com o consórcio Manfer, formado pelas empresas Tejofran e SPA Engenharia.

O MPE contesta quatro cláusulas do contrato – afirma que são ilegais e causaram dano ao erário. Segundo o MPE, “o Estado poderia ter encontrado propostas mais vantajosas caso as regras tivessem sido menos restritivas”. Das 78 empresas interessadas no contrato, só três conseguiram atender às exigências. O Tribunal de Contas do Estado julgou irregular o contrato.

O consórcio fez obras na Linha 9-Esmeralda e o contrato foi firmado em 2008. O MPE pediu a nulidade do contrato, mas o juiz Domingos de Siqueira Frascino, da 11.ª Vara da Fazenda Pública, alegou “falta de verossimilhança”, uma vez que “o contrato consta ter sido cumprido de maneira regular, por preço bem inferior ao estimado”.

Segundo a CPTM, o consórcio fez uma proposta com “16% de desconto”. O advogado Luis Eduardo Menezes Serra Netto, que defende os ex-diretores da CPTM Sergio Avelleda e Mário Fioratti, citados na ação, vê “pirotecnia” do MPE. “Essa licitação é anterior à entrada deles na CPTM. É preciso ser mais cuidadoso.” Avelleda é ex-presidente do Metrô e Fioratti é o atual diretor de operações da mesma empresa. “O consórcio concorreu com outros dois e depois ainda houve um outro competidor que perdeu no preço. Estou tranquilo”, disse Telmo Porto, da Tejofran.

06 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA
MAZZA

Manifesto

De novo manifestação, agora com 150 pessoas, na frente do prédio das varas cíveis. E o novo prédio a ser construído tem restrição contrária no CNJ.

06 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Compra de apoio na Câmara: réus falam de 'armação'

**Interrogatório
encerra
audiências do
escândalo
denunciado
por Amauri
Cardoso**

Em quase sete horas de audiência na tarde de ontem os seis réus no processo que apura a compra de apoio político de vereadores em Londrina foram interrogados diante do juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, e defenderam a tese de que foram vítimas de "armação", embora tenham entrado em contradições em várias declarações. Foi a última audiência do caso. Agora promotor e advogados apresentam alegações finais e, depois, o juiz poderá conceder a sentença.

Os principais fatos narrados na denúncia do Ministério Público (MP) é a entrega de propina ao vereador Amauri Cardoso (-PSDB) para que votasse contra a abertura da Comissão Processante (CP) da Centronic contra o ex-prefeito Barbosa Neto (PDT), e o suposto oferecimento de vantagem indevida ao vereador Eloir Valença (PHS). Amauri gravou conversas com aliados do ex-prefeito (que aca-

*'Houve uma
série de
incongruências
e inconsistências'*

baria cassado justamente em razão do caso Centronic). Além de Eloir, são réus o ex-presidente da Sercomtel, Roberto Coutinho Mendes, o ex-diretor de Participações da telefônica Alysson Tobias de Carvalho, o ex-chefe de Gabinete Rogério Lopes Ortega, o ex-secretário de Governo Marco Cito e chef de cozinha Ludovico Bonato.

O começo da nova história foi contada por Bonato, amigo de longa data de Barbosa. Preso em flagrante no dia 24 de abril ao entregar R\$ 20 mil para Amauri para que ele votasse contra a abertura da CP, Bonato disse, perante o juiz, que todo o dinheiro - que guardava dentro de um saco de arroz em sua residência - era seu. O valor seria um empréstimo ao "amigo", a quem conhecia havia muitos anos.

No dia de sua prisão, o chef afirmou em depoimento informal a promotores e policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que pegou um envelope com o dinheiro do ex-secretário de Governo Marco Cito na prefeitura. O recurso teria sido entregue a Cito por Alysson. A mudança de versão causou tensão. O promotor Cláudio Esteves insistiu em saber porque Bonato não fez essas afirmações

no momento de sua prisão. Bonato alega que estava abalado e que sua "pressão subiu".

Bonato também deu nova interpretação à conversa gravada por meio de interceptação telefônica na qual diz Rogério que ele estava lhe devendo um almoço depois do "sufoco" que passara. No entendimento do MP, em razão do horário da ligação, tratava-se da entrega de propina. Na nova versão de Bonato, ele teria passado "um sufoco" ao entregar panfletos no Jardim União da Vitória (Zona Sul) para convidar pessoas favoráveis a Barbosa para a sessão de abertura da CP. Alegou ter sido intimidado por um rapaz em uma motocicleta.

Cito sustentou a versão dos panfletos, embora tenha entrado em contradição com algumas declarações de Bonato e de Rogério. Também afirmou que era Amauri quem lhe pedia dinheiro e não ele que oferecia, embora, as gravações do Gaeco mostrem cenas diferentes. Ele foi o único dos réus a falar com a imprensa. Disse que "finalmente pude dizer de fato o que realmente aconteceu". "Acredito que a Justiça vai ser feita." Cito ficou 71 dias preso em razão do processo.

CONTINUA

06 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Coutinho confirmou que emprestou dinheiro a Alysson, porém, afirmou que foram apenas R\$ 1 mil para que ele fizesse uma viagem para Curitiba com a finalidade de resolver questões do PDT. Coutinho disse que não sabia do que se tratava a viagem, embora presidisse a legenda na época. Alysson e Rogério, que também iria à capital com Alysson, disseram, porém, que Coutinho sabia do motivo da viagem, que tinha dado instruções aos dois.

O MP sustenta que Coutinho sacou de sua conta particular no pronto atendimento bancário, no interior da Sercomtel, R\$ 5 mil e entregou este valor a Alysson para que pagasse parte da propina a Amauri. Coutinho disse que utilizou R\$ 4 mil para pagar um carro usado que havia comprado para utilizar em sua propriedade rural. Embora Alysson tenha dito que prestaria contas ao partido, admitiu que não pegou nota no posto de combustível onde abasteceu e trocou o óleo do carro. Também chama a atenção que não há nos autos qualquer documento que prove a visita agendada ao PDT de Curitiba.

Eloir Valença disse que sempre foi favorável à abertura de uma CP contra Barbosa até o momento que a Câmara aprovou a retirada do nome de um então colega de partido, o vereador Jacks Dias (PT), do relatório. O petista teria cometido irregularidades enquanto era

secretário de Gestão Pública de Nedson Micheleti.

Para o promotor Cláudio Esteves houve "uma série de incongruências e inconsistências" nos depoimentos. "Todas as vezes que os réus se contradizem em pontos fundamentais isso traz importante dúvida quanto à veracidade do que estão afirmado, mas posso dizer apenas que foram notáveis e importantes contradições." Sobre o fato da nova versão de Bonato, Esteves afirmou que ele perde o benefício de redução da pena em razão da confissão e explicou que se trata de estratégia bastante comum. "O sistema brasileiro permite esse tipo de comportamento do réu. O acusado não é obrigado a dizer a verdade."

Os réus aproveitaram os interrogatórios para reclamar dos prejuízos que sofreram com as investigações, sendo "inocentes". Coutinho e Bonato disseram: "Eu não sou bandido, eu não sou quadrilheiro."

06 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Eleições na OAB terão candidaturas únicas

Lúcio Flávio Moura
Reportagem Local

Londrina - A oposição abdicou de participar da eleição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná e em Londrina que escolhe a diretoria para o triênio 2013-2015. Não haverá disputa na sucessão de Elizandro Pellin, atual presidente da subseção Londrina, tampouco na esfera estadual, quando se elegerá o substituto do presidente da seccional, José Lúcio Glomb. O período de inscrições para os candidatos se esgotou no dia 19 de outubro.

A chapa XI de Agosto deve dominar as duas eleições e parte para as duas últimas semanas de campanha com o objetivo de conquistar um bom quó-

rum nas urnas e legitimar o vencedor. Na urna, candidaturas únicas. A eleição das novas diretorias está marcada para o dia 19 de novembro.

Em Londrina, o eleito será Artur Humberto Piancastelli, membro da entidade há 18 anos. Ele é vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-PR) da seccional. A vice da chapa é a advogada Vânia Queiroz. Cerca de 5,2 mil advogados formam o colégio eleitoral. No entanto, apenas os que estiverem com o pagamento da anuidade regularizado poderão participar da votação.

Na seccional, o consenso também prevaleceu. O Paraná conta com 44 mil advogados e a expectativa da entidade é que 70% deles exercerão o direito de escolher o comandante es-

tadual. O candidato único é Juliano José Breda, de Curitiba, que está percorrendo o Estado em busca de apoio nas subseções. Seu vice é Cassio Lisandro Telles.

No total, o Estado tem 47 subseções. Em apenas 13 haverá confronto entre chapas. No entanto, mesmo onde há disputa local, os adversários estão unidos pela candidatura de Breda.

Na OAB nacional, o londrinense Alberto de Paula Machado, que já presidiu a seccional e que hoje ocupa o cargo de vice-presidente do Conselho Federal, é um dos favoritos para as eleições que escolherá o dirigente máximo da entidade, cujo colégio eleitoral é formado pelos presidentes das seccionais.

CLÁUDIO HUMBERTO

Inimigo meu

Lula quer que Dilma rompa a tradição de ir à posse do novo presidente do STF, dia 22, em represália ao trabalho de Joaquim Barbosa como relator do processo do mensalão. O ministro ainda espera a audiência que pediu para entregar o convite pessoalmente a presidenta.